

Exoneração de general que atacou Comissão da Verdade é publicada em decreto

Publicada em 11/02/2010 às 10h47m

O Globo; Agência Brasil

BRASÍLIA - A exoneração do general Maynard Marques de Santa Rosa - que criticou a [Comissão da Verdade](#) - foi publicada nesta quinta-feira em um decreto no Diário Oficial. O general perdeu o cargo de chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército. Na véspera, o [ministro da Defesa, Nelson Jobim, havia pedido ao presidente](#) Luiz Inácio Lula da Silva a saída do general do cargo.

Nota atribuída a Santa Rosa que circula na internet diz que a comissão - criada para investigar crimes contra direitos humanos durante a ditadura (1964-1985) - seria formada por "fanáticos" e acabaria se transformando em uma "comissão da calúnia".

" Confiar a fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa "

"Confiar a fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa. A história da inquisição espanhola espelha o perigo do poder concedido a fanáticos", afirmou o general.

"Essa excêntrica comissão, incapaz por origem de encontrar a verdade, será, no máximo, uma 'comissão da calúnia'", completou.

Esta não é a primeira vez que Santa Rosa entra em choque com decisões do presidente e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Numa entrevista ao GLOBO, em 2007, Santa Rosa atacou a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em terras contínuas, defendida e decidida por Lula. Ele chegou a dizer que o Exército não deveria participar da retirada dos não índios da reserva.

Depois do mal-estar provocado pelas críticas, foi afastado da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa e mandado de volta ao Exército. General de quatro estrelas, é um dos representantes da linha dura das Forças Armadas. Agora, ficará sem cargo de chefia no Exército.

Em março, o general Santa Rosa também foi um dos signatários de um documento entregue ao Alto Comando do Exército com críticas ao Plano Nacional de Defesa, anunciado pelo presidente Lula no fim de 2008. O documento acusava o Ministério da Defesa, comandado por civis desde sua criação, de interferir diretamente nos três comandos militares. E ainda criticava o número de servidores civis na pasta.

Um dos principais pontos de descontentamento do general e de outros oficiais que endossaram o documento era com a intenção do ministro Nelson Jobim de criar, em sua pasta, um setor para concentrar as grandes compras das três Forças Armadas.

Além de Santa Rosa, assinaram o manifesto os generais Luiz Cezário da Silva, ex-comandante Militar do Leste, e Paulo César de Castro, chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa.

Senado convoca Dilma para falar de plano de direitos humanos

A base governista não conseguiu barrar nesta quarta-feira a aprovação de [convocação da ministra Dilma Rousseff](#) , para falar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado sobre os pontos polêmicos do Programa Nacional de Direitos Humanos. Apesar de o texto ter passado pela Casa Civil e ter provocado uma crise entre diferentes setores do governo, a pré-candidata do PT não se manifestou sobre o tema até agora.

No início do ano, a criação da Comissão da Verdade [abriu uma crise entre Jobim e Paulo Vannuchi](#) (Direitos Humanos). As críticas levaram o presidente Lula a editar um novo decreto mudando o texto sobre a Comissão da Verdade, sem os termos "repressão política" e "apuração de violações", pontos de atrito com os militares. O novo texto estabelece que a comissão "vai examinar" as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

O governo também se comprometeu a alterar o texto que trata da descriminalização do aborto, que gerou críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mas outros pontos polêmicos ainda não foram alterados, como os que tratam dos meios de comunicação e da reforma agrária.

Base governista é derrotada e CCJ aprova convocação de Dilma para falar sobre pontos polêmicos do plano de direitos humanos

Publicada em 10/02/2010 às 13h23m

Maria Lima e Jailton de Carvalho - O Globo



BRASÍLIA - A base governista não conseguiu barrar nesta quarta-feira a aprovação de convocação da ministra da Casa Civil , Dilma Rousseff, para falar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado sobre os pontos polêmicos do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) - que inclui [iniciativas em praticamente todas as áreas](#) de governo. Apesar de o texto ter passado pela Casa Civil e ter provocado uma crise entre diferentes setores do governo, a pré-candidata do PT não se manifestou sobre o tema até agora.

A polêmica sobre o decreto levou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, a pedir nesta quarta-feira a exoneração de um general que criticou a criação da [Comissão da Verdade](#) , prevista no programa. Da regulação de hortas comunitárias à revisão da Lei de Anistia, da taxação de grandes fortunas a mudanças nos planos de saúde, passando pela reforma agrária e pelo financiamento público de campanhas, o programa pretende criar 27 leis.

A votação do requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-GO) provocou grande bate-boca na CCJ. Logo que a matéria foi colocada em discussão, o presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO), anunciou que apenas uma pessoa falaria pelo bloco da oposição e pelo governo. Na ausência do líder do bloco do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), falou longamente em seu lugar o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

" Vou entrar com recurso ao plenário contra essa aberração que aconteceu aqui hoje "

Quando Mercadante chegou, já não dava mais tempo de tentar derrubar e a matéria foi aprovada. Na primeira contagem, deu 6 a 7 contra o governo. Mercadante pediu a recontagem, e deu 7 a 7, podendo ter o voto de minerva do presidente Demóstenes. Mas em nova recontagem nominal, finalmente o resultado foi 9 a 7 pela aprovação.



- Vou entrar com recurso ao plenário contra essa aberração que aconteceu aqui hoje! O regimento foi atropelado, resultados mudados. Vamos deixar o plenário da comissão e ficaremos em obstrução em protesto ! - esbravejou Mercadante.

- Isso é opinião de Vossa Excelência! Pode entrar com o recurso - respondeu Demóstenes, encerrando a votação.

" Isso é opinião de Vossa Excelência! Pode entrar com o recurso "

Juntamente com a convocação de Dilma, foi aprovado o convite para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, e a convocação do jurista Ives Gandra. Cabe aos três marcar a data do depoimento.

Jobim pede exoneração de general que critica Comissão da Verdade

Também nesta quarta-feira, [Jobim pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a exoneração do general Maynard Marques de Santa Rosa](#), chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército. Nota atribuída ao general que circula na internet diz que a Comissão da Verdade - criada para investigar crimes contra direitos humanos durante a ditadura (1964-1985) - seria formada por "fanáticos".

" Confiar em fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa "

"Confiar em fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa", diz a nota.

No início do ano, a criação da Comissão da Verdade [abriu uma crise entre Jobim](#) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos). As críticas levaram o presidente Lula a editar um novo decreto mudando o texto sobre a Comissão da Verdade, sem os termos "repressão política" e "apuração de violações", pontos de atrito com os militares. O novo texto estabelece que a comissão "vai examinar" as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

O governo também se comprometeu a alterar o texto que trata da descriminalização do aborto, que gerou críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mas outros pontos polêmicos ainda não foram alterados, como os que tratam dos meios de comunicação e da reforma agrária.